



CONCURSO PÚBLICO PARA CARGOS
TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 58/2018 - UFPA, DE 06 DE ABRIL DE 2018

NÍVEL E (Nível Superior)
METEOROLOGISTA

10 de junho de 2018

Nome: _____ Nº de Inscrição: _____

BOLETIM DE PROVA

LEIA COM MUITA ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES SEGUINTEs.

- 1 Este BOLETIM DE QUESTÕES contém **50** questões objetivas, sendo **Conhecimentos Básicos – 10** de Língua Portuguesa e **10** de Legislação – e **30** de **Conhecimentos Específicos**. Cada questão objetiva apresenta cinco alternativas, identificadas com as letras **(A), (B), (C), (D)** e **(E)**, das quais apenas uma é correta.
- 2 Confira se, além deste BOLETIM DE QUESTÕES, você recebeu o CARTÃO-RESPOSTA.
- 3 É necessário conferir se a prova está completa e sem falhas, bem como se o seu nome e o seu número de inscrição conferem com os dados contidos no CARTÃO-RESPOSTA. **Caso exista algum problema, comunique-o imediatamente ao fiscal de sala.**
- 4 Após a conferência, assine no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA.
- 5 A marcação do CARTÃO-RESPOSTA deve ser feita com **caneta esferográfica de tinta preta ou azul**.
- 6 Do **Cartão-Resposta**, não serão computadas as questões cujas alternativas estiverem sem marcação, com mais de uma alternativa marcada ou com o uso de corretivo.
- 7 O CARTÃO-RESPOSTA não pode ser dobrado, amassado, rasurado, manchado ou danificado de qualquer modo. Não é permitida a utilização de qualquer espécie de corretivo. O CARTÃO-RESPOSTA somente será substituído se contiver falha de impressão e/ou se os dados apresentados não corresponderem aos seus.
- 8 O CARTÃO-RESPOSTA será o único documento considerado para a correção das provas objetivas. O BOLETIM DE QUESTÕES não valerá, sob hipótese alguma, para efeito da correção.
- 9 O candidato deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização da prova por, **no mínimo, 2 (duas) horas** após o início da prova.
- 10 Quando terminar a prova, devolva ao fiscal de sala todo o material relacionado no **item 2** acima e assine a LISTA DE PRESENÇA. A assinatura do seu nome deve corresponder àquela que consta no seu documento de identificação.
- 11 Somente será permitido ao candidato levar o seu BOLETIM DE QUESTÕES ao deixar, em definitivo, a sala de provas, no decurso dos **últimos 30 (trinta) minutos** que antecedem o término da prova.
- 12 O tempo disponível para a prova é de **quatro horas, com início às 14h30min e término às 18h30min**, observado o horário de Belém-PA. O candidato na condição de PcD que solicitou tempo adicional tem direito a 1 (uma) hora além do tempo determinado para a prova.
- 13 Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no BOLETIM DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.



MARQUE A ÚNICA ALTERNATIVA CORRETA NAS QUESTÕES DE 1 A 50.

LÍNGUA PORTUGUESA (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

Sobre a ciência e a fé

1 “Temos dois olhos. Com um, vemos as coisas do tempo, efêmeras, que desaparecem. Com
2 o outro, vemos as coisas da alma, eternas, que permanecem”, assim escreveu o místico Ângelus
3 Silésius.

4 No consultório do oftalmologista estava uma gravura com o corte anatômico do olho.
5 Científica. Verdadeira. Naquela noite, o mesmo oftalmologista foi se encontrar com sua bem-amada.
6 Olhando apaixonado os seus olhos e esquecido da gravura pendurada na parede do seu consultório,
7 ele falou: “Teus olhos, mar profundo ...”. No consultório ele jamaisalaria assim. Falaria como cientista.
8 Mas os olhos da sua amada o transformaram em poeta. Cientista, ele fala o que vê com o primeiro olho.
9 Apaixonado, ele fala o que vê com o segundo olho. Cada olho vê certo no mundo a que pertence.

10 O filósofo Ludwig Wittgenstein criou a expressão “jogo de linguagem” para descrever o que
11 fazemos ao falar. Jogamos com palavras... Veja esse jogo de palavras chamado “piada”. O que se
12 espera de uma piada é que ela provoque riso. Imagine, entretanto, que um homem, em meio aos risos
13 dos outros, lhe pergunte: “Mas isso que você contou aconteceu mesmo?”. Aí você o olha perplexo e
14 pensa: “Coitado! Ele não sabe que nesse jogo não há verdades. Só há coisas engraçadas”. Vamos
15 agora para um outro jogo de palavras, a poesia: “(...) e, no fundo dessa fria luz marinha, nadam meus
16 olhos, dois baços peixes, à procura de mim mesma”. Aí o mesmo homem contesta o que o poema diz:
17 “Mas isso não pode ser verdade. Se a Cecília Meireles estivesse no fundo do mar ela teria se afogado.
18 E os olhos não são peixes ...”. Pobre homem... Não sabe que a poesia não é linguagem para dizer as
19 coisas que existem. É jogo para fazer beleza. A ciência também é um jogo de palavras. É o jogo da
20 verdade, falar o mundo como ele é.

21 Acontece que nós, seres humanos, sofremos de uma “anomalia”: não conseguimos viver no
22 mundo da verdade, no mundo como ele é. O mundo como ele é é muito pequeno para o nosso amor.
23 Temos nostalgia de beleza, de alegria e – quem sabe? – de eternidade. Desejamos que as alegrias não
24 tenham fim! Mas beleza e alegria, onde se encontram essas “coisas”? Elas não estão soltas no mundo,
25 ao lado das coisas do mundo tal como ele é. Elas não são, existem não existindo, como sonhos, e só
26 podem ser vistas com o “segundo olho”. Quem as vê são os artistas. E se alguém, no uso do primeiro
27 olho, objeta que elas não existem, os artistas retrucam: “Não importa. As coisas que não existem são
28 mais bonitas” (Manoel de Barros). Pois os sonhos, no final das contas, são a substância de que somos
29 feitos. [...]

30 É no mundo encantado de sonhos que nascem as fantasias religiosas. As religiões são sonhos
31 da alma humana que só podem ser vistos com o segundo olho. São poemas. E não se pode perguntar
32 a um poema se ele aconteceu mesmo... Jesus se movia em meio às coisas que não existiam e as
33 transformava em parábolas, que são estórias que nunca aconteceram. E, não obstante a sua não
34 existência, as parábolas têm o poder de nos fazer ver o que nunca havíamos visto antes. O que não é,
35 o que nunca existiu, o que é sonho e poesia tem poder para mudar o mundo. “Que seria de nós sem o
36 socorro do que não existe?”, perguntava Paul Valéry. Leio os poemas da Criação. Nada me ensinam
37 sobre o início do universo e o nascimento do homem. Sobre isso falam os cientistas. Mas eles me fazem
38 sentir amavelmente ligado a este mundo maravilhoso em que vivo e que minha vocação é ser seu
39 jardineiro... Leio a parábola do Filho Pródigo, uma estória que nunca aconteceu. Mas ao lê-la minhas
40 culpas se esfumam e compreendo que Deus não soma débitos nem créditos...

41 Dois olhos, dois mundos, cada um vendo bem no seu próprio mundo...

42 Aí vieram os burocratas da religião e expulsaram os poetas como hereges. Sendo cegos do
43 segundo olho, os burocratas não conseguem ver o que os poetas veem. E os poemas passaram a ser
44 interpretados literalmente. E, com isso, o que era belo ficou ridículo. Todo poema interpretado
45 literalmente é ridículo. Toda religião que pretenda ter conhecimento científico sobre o mundo é ridícula.

46 Não haveria conflitos se o primeiro olho visse bem as coisas do seu lugar, e o segundo
47 também as visse do seu lugar. Conhecimento e poesia, assim, de mãos dadas, poderiam ajudar a
48 transformar o mundo.

ALVES, Rubem. **Pimentas**: para provocar um incêndio, não é preciso fogo. São Paulo: Planeta 2014. Adaptado.



- 1 O texto de Rubem Alves fala, metaforicamente, de dois olhos que possuiríamos para ver os dois mundos distintos que caracterizam a nossa existência. Nessa perspectiva, o primeiro olho é aquele que vê o mundo
- (A) das verdades religiosas.
 - (B) das verdades científicas.
 - (C) dos sonhos e da fantasia.
 - (D) da poesia e da beleza.
 - (E) das coisas inexistentes.
- 2 A palavra *olho(s)* é empregada em sentido figurado, no trecho
- (A) “No consultório do oftalmologista estava uma gravura com o corte anatômico do olho.” (linha 4)
 - (B) “Olhando apaixonado os seus olhos e esquecido da gravura pendurada na parede do seu consultório,...” (linha 6)
 - (C) “Mas os olhos da sua amada o transformaram em poeta.” (linha 8)
 - (D) “E os olhos não são peixes ...” (linha 18)
 - (E) “Elas não são, existem não existindo, como sonhos, e só podem ser vistas com o “segundo olho”. (linhas 25 e 26)
- 3 O mundo visto pelo *segundo olho* é caracterizado de várias maneiras no texto. Algumas palavras que caracterizam ou se referem a coisas que são vistas pelo *segundo olho* são
- (A) eternas, cientista e beleza.
 - (B) conhecimento, verdade e poesia.
 - (C) sonhos, fantasia e efêmeras.
 - (D) religião, poesia e beleza.
 - (E) ciência, conhecimento e verdade.
- 4 A palavra *se* é empregada várias vezes no texto com sentidos diferentes. Essa palavra indica a ideia de condição no trecho
- (A) “Naquela noite, o mesmo oftalmologista foi se encontrar com sua bem-amada.” (linha 5)
 - (B) “O que se espera de uma piada é que ela provoque riso.” (linhas 11 e 12)
 - (C) “...ela teria se afogado.” (linha 17)
 - (D) “E não se pode perguntar a um poema ...” (linhas 31 e 32)
 - (E) “Não haveria conflitos se o primeiro olho visse bem as coisas do seu lugar, ...” (linha 46)
- 5 A palavra *anomalia* (linha 21) pode ser substituída, sem prejuízo de significado, por
- (A) deformidade.
 - (B) normalidade.
 - (C) regularidade.
 - (D) igualdade.
 - (E) paridade.
- 6 No trecho “Acontece que nós seres humanos sofremos de uma “anomalia”: não conseguimos viver no mundo da verdade, no mundo como ele é.” (linhas 21 e 22), os dois pontos foram empregados para
- (A) introduzir uma explicação.
 - (B) introduzir um discurso de forma direta.
 - (C) destacar trechos considerados importantes.
 - (D) introduzir um discurso de forma indireta.
 - (E) dar ênfase a uma expressão em linguagem figurada.



- 7 No trecho “*A ciência também é um jogo de palavras.*” (linha 19), a palavra *também* expressa a ideia de
- (A) exclusão.
 - (B) condição.
 - (C) inclusão.
 - (D) contradição.
 - (E) conformidade.
- 8 O pronome *eles*, no trecho “*Mas eles me fazem sentir amavelmente ligado a este mundo maravilhoso em que vivo...*” (linhas 37 e 38), se refere a
- (A) sonhos.
 - (B) parábolas.
 - (C) cientistas.
 - (D) sonho e poesia.
 - (E) poemas da Criação.
- 9 As coisas que não existem e que só são vistas pelo *segundo olho* são importantes porque
- (A) têm poder para mudar o mundo.
 - (B) são expressas por meio de jogos de linguagem.
 - (C) falam do mundo como ele é.
 - (D) são coisas efêmeras que desaparecem.
 - (E) não são vistas pelos burocratas da religião.
- 10 De acordo com o texto, os conflitos com a religião ocorrem porque
- (A) as religiões falam de coisas que não existem.
 - (B) ela nada ensina acerca do universo e do homem.
 - (C) os burocratas da religião são cegos do segundo olho.
 - (D) conhecimento e poesia não podem andar de mãos dadas.
 - (E) o primeiro e o segundo olho veem as coisas de lugares diferentes.

LEGISLAÇÃO (CONHECIMENTOS BÁSICOS)

- 11 De acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC, observados os seguintes preceitos:
- (A) I – interesse da administração; II – equivalência de vencimentos; III – manutenção da essência das atribuições do cargo; IV – vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; e V – mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional, exclusivamente.
 - (B) I – interesse da administração; II – equivalência de vencimentos; III – manutenção da essência das atribuições do cargo; IV – vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; V – mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; e VI – compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.
 - (C) I – interesse da administração; II – equivalência de vencimentos; III – manutenção da essência das atribuições do cargo; IV – vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; e V – compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade, exclusivamente.
 - (D) I – interesse da administração; II – equivalência de vencimentos; III – vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; IV – mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; e V – compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade, exclusivamente.
 - (E) I – equivalência de vencimentos; II – manutenção da essência das atribuições do cargo; III – vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades; IV – mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional; e V – compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade, exclusivamente.



- 12 Em conformidade com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, aptidão física e mental e o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo fazem parte dos requisitos básicos para investidura em cargo público. Os demais requisitos são
- (A) I – o gozo dos direitos políticos; II – a nacionalidade brasileira; e III – a idade mínima de dezoito anos, somente.
 - (B) I – a quitação com as obrigações militares e eleitorais; II – a nacionalidade brasileira; e III – a idade mínima de dezoito anos, somente.
 - (C) I – a quitação com as obrigações militares e eleitorais; II – o gozo dos direitos políticos; e III – a idade mínima de dezoito anos, somente.
 - (D) I – a quitação com as obrigações militares e eleitorais; II – o gozo dos direitos políticos; e III – a nacionalidade brasileira, somente.
 - (E) I – a quitação com as obrigações militares e eleitorais; II – o gozo dos direitos políticos; III – a nacionalidade brasileira; e IV – a idade mínima de dezoito anos.
- 13 A Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, em que consta, dentre outras disposições, a modalidade: de remoção. Para fins do disposto na referida Lei, entende-se por modalidade de remoção:
- (A) I – de ofício, no interesse da Administração; II – a pedido, a critério da Administração; III – a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração: a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; e c) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados.
 - (B) I – a pedido, a critério da Administração; II – a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração: a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; e c) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados, exclusivamente.
 - (C) I – de ofício, no interesse da Administração; II – a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração: a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; e c) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados, somente.
 - (D) I – de ofício, no interesse da Administração; II – a pedido, a critério da Administração; III – a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração: a) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial; e b) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados, exclusivamente.
 - (E) I – a pedido, a critério da Administração; II – a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração: a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração; e b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial, exclusivamente.



- 14 Além de guardar sigilo sobre assunto da repartição; manter conduta compatível com a moralidade administrativa; tratar com urbanidade as pessoas; ser leal às instituições a que servir; são deveres do servidor, de acordo com o que determina a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais:
- (A) I – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; II – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; III – observar as normas legais e regulamentares; IV – manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau; e V – valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública.
 - (B) I – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; II – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; III – observar as normas legais e regulamentares; IV – utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares; e V – recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.
 - (C) I – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; II – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; III – observar as normas legais e regulamentares; dentre outras.
 - (D) I – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; II – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; III – observar as normas legais e regulamentares; IV – atuar como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro; e V – exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.
 - (E) I – levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; II – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais; III – observar as normas legais e regulamentares; IV – participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário; e V – cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado.
- 15 A Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005, dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Conforme essa Lei, caberá à Instituição de Ensino Superior avaliar anualmente a adequação do quadro de pessoal às suas necessidades, propondo ao Ministério da Educação, se for o caso, o seu redimensionamento, consideradas, entre outras, as seguintes variáveis:
- (A) I – proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; II – inovações tecnológicas; III – modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição, somente.
 - (B) I – demandas institucionais; II – proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; e III – modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição, somente.
 - (C) I – demandas institucionais; II – inovações tecnológicas; e III – modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição, somente.
 - (D) I – demandas institucionais; II – proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; e III – inovações tecnológicas, somente.
 - (E) I – demandas institucionais; II – proporção entre os quantitativos da força de trabalho do Plano de Carreira e usuários; III – inovações tecnológicas; e IV – modernização dos processos de trabalho no âmbito da Instituição.



- 16 Define a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e suas alterações, que dispõem sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, dentre outras situações, uma parte que trata do regime disciplinar em vários capítulos como: dos deveres; das proibições; da acumulação; das responsabilidades; e das penalidades. De acordo com essa lei, detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade a que se refere o art. 143 notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de
- (A) 10 (dez) dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: I – instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por 02 (dois) servidores estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração; II – instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; e julgamento.
 - (B) 20 (vinte) dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: I – instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por 04 (quatro) servidores não obrigatoriamente estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração; II – instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; e julgamento.
 - (C) 30 (trinta) dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: I – instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por 06 (seis) servidores não obrigatoriamente estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração; II – instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; e julgamento.
 - (D) 40 (quarenta) dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: I – instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por 05 (cinco) servidores não necessariamente estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração; II – instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; e julgamento.
 - (E) 60 (sessenta) dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases: I – instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por 08 (oito) servidores não necessariamente estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração; II – instrução sumária, que compreende indicição, defesa e relatório; e julgamento.



- 17 O Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Além de ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções, a melhor e a mais vantajosa para o bem comum, existem outros deveres fundamentais do servidor público, como:
- (A) I – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; II – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; III – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; IV – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; V – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos e VI – exercer atividade profissional aética ou ligar o seu nome a empreendimentos de cunho duvidoso.
 - (B) I – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; II – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; III – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; IV – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; V – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos e VI – ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema; dentre outros.
 - (C) I – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; II – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; III – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; IV – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; V – dar o seu concurso a qualquer instituição que atente contra a moral, a honestidade ou a dignidade da pessoa humana e VI – ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
 - (D) I – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; II – permitir que perseguições, simpatias, antipatias, caprichos, paixões ou interesses de ordem pessoal interfiram no trato com o público, com os jurisdicionados administrativos ou com colegas hierarquicamente superiores ou inferiores; III – jamais retardar qualquer prestação de contas, condição essencial da gestão dos bens, direitos e serviços da coletividade a seu cargo; IV – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; V – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos; e VI – ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.
 - (E) I – exercer suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento, pondo fim ou procurando prioritariamente resolver situações procrastinatórias, principalmente diante de filas ou de qualquer outra espécie de atraso na prestação dos serviços pelo setor em que exerça suas atribuições, com o fim de evitar dano moral ao usuário; II – desempenhar, a tempo, as atribuições do cargo, função ou emprego público de que seja titular; III – fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno de seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros; IV – tratar cuidadosamente os usuários dos serviços aperfeiçoando o processo de comunicação e contato com o público; V – ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação dos serviços públicos e VI – ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema.



- 18 O Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Além da adequação das competências requeridas dos servidores aos objetivos das instituições, tendo como referência o plano plurianual, e da racionalização e efetivação e efetividade dos gastos com capacitação, existem outras finalidades contempladas pela Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, a ser implementada pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, tais como:
- (A) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – estimular a participação do servidor em ações de educação continuada, entendida como a oferta regular de cursos para o aprimoramento profissional, ao longo de sua vida funcional.
 - (B) I – incentivar e apoiar o servidor público em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (C) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (D) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – promover a capacitação gerencial do servidor e sua qualificação para o exercício de atividades de direção e assessoramento; e IV – racionalização e efetividade dos gastos com capacitação.
 - (E) I – melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão; II – desenvolvimento permanente do servidor público; III – divulgação e gerenciamento das ações de capacitação; e IV – assegurar o acesso dos servidores a eventos de capacitação interna ou externamente ao seu local de trabalho.
- 19 O Decreto nº 5.825, de 29 de junho de 2006, estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, instituído pela Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. A elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação observará os princípios e diretrizes estabelecidos no art. 3º da Lei nº 11.091, de 2005, e ainda:
- (A) I – cooperação técnica entre as instituições públicas de ensino e as pesquisas e dessas com o Ministério da Educação; II – corresponsabilidade do dirigente da IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, somente.
 - (B) I – cooperação técnica entre as instituições públicas de ensino e as pesquisas e dessas com o Ministério da Educação; II – corresponsabilidade do dirigente da IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e III – adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais.
 - (C) I – corresponsabilidade do dirigente da IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação; e II – adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais, somente.
 - (D) I – cooperação técnica entre as instituições públicas de ensino e as pesquisas e dessas com o Ministério da Educação; e II – adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais, somente.
 - (E) I – corresponsabilidade do dirigente da IFE, dos dirigentes das unidades acadêmicas e administrativas, e da área de gestão de pessoas pela gestão da carreira e do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, exclusivamente.



- 20 O Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, dispõe sobre a simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no País e institui a Carta de Serviços ao Usuário. Além da racionalização de métodos e procedimentos de controle; compartilhamento de informações nos termos da Lei; e da presunção da boa-fé, os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal observar ainda as seguintes diretrizes nas relações entre si e com os usuários dos serviços públicos:
- (A) I – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; II – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; III – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a proporcionar melhores condições para o compartilhamento das informações; IV – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e V – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos.
 - (B) I – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; II – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; III – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a proporcionar melhores condições para o compartilhamento das informações; e IV – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos, exclusivamente.
 - (C) I – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; II – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; III – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e IV – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, exclusivamente.
 - (D) I – atuação integrada e sistêmica na expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade; II – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a proporcionar melhores condições para o compartilhamento das informações; III – utilização de linguagem clara, que evite o uso de siglas, jargões e estrangeirismos; e IV – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, exclusivamente.
 - (E) I – eliminação de formalidades e exigências cujo custo econômico ou social seja superior ao risco envolvido; II – aplicação de soluções tecnológicas que visem a simplificar processos e procedimentos de atendimento aos usuários dos serviços públicos e a proporcionar melhores condições para o compartilhamento das informações; e III – articulação com os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os outros Poderes para a integração, racionalização, disponibilização e simplificação de serviços públicos, exclusivamente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 21 A quantidade de oxigênio e nitrogênio existente na atmosfera corresponde, respectivamente, a
- (A) 21% e 10%.
 - (B) 0,9% e 78%.
 - (C) 21% e 78%.
 - (D) 78% e 0,9%.
 - (E) 10% e 21%.
- 22 São características da ionosfera e da ozonosfera, respectivamente,
- (A) reflexão das ondas de rádio e absorção da radiação solar na faixa do ultravioleta em cerca de 75%.
 - (B) inversão térmica e reflexão da radiação solar na faixa do infravermelho em cerca de 100%.
 - (C) absorção da radiação solar na faixa do ultravioleta em cerca de 25% e reflexão das ondas de rádio.
 - (D) absorção das ondas de rádio e reflexão da radiação solar na faixa do ultravioleta em cerca de 15%.
 - (E) refração das ondas de rádio e absorção da radiação solar na faixa do infravermelho em cerca de 75%.

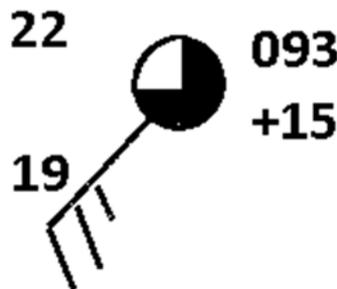


- 23 As nuvens lenticulares denunciam a presença de turbulência
- (A) térmica.
 - (B) dinâmica.
 - (C) mecânica.
 - (D) orográfica.
 - (E) de radiação.
- 24 As brisas marítimas e terrestres são consideradas ventos
- (A) neutros.
 - (B) gradientes.
 - (C) geostróficos.
 - (D) barostróficos.
 - (E) ciclostróficos.
- 25 A identificação da névoa úmida é feita quando a
- (A) umidade relativa é inferior a 80%.
 - (B) umidade relativa é igual ou maior que 80%.
 - (C) visibilidade horizontal é igual a zero metros.
 - (D) visibilidade horizontal é inferior a 500 metros.
 - (E) visibilidade horizontal é inferior a 1.000 metros.
- 26 Turbulência de céu claro (CAT) define uma região em altitude, que indica existência de um(a)
- (A) frente.
 - (B) cortante.
 - (C) estabilidade.
 - (D) jato de altos níveis.
 - (E) neutralidade.
- 27 O fenômeno ótico meteorológico denominado relâmpago horizontal predomina no(na)
- (A) traseira do CB.
 - (B) dianteira do CB.
 - (C) lado direito do CB.
 - (D) lado esquerdo do CB.
 - (E) diagonal do CB.
- 28 No código METAR SBGR20 1000Z 12003KT 0800 R09/0800 R27/1150 FG VV002 18/18 Q1025, as informações de vento e visibilidade no aeródromo em questão são
- (A) vento de 09 graus e velocidade de 80 KT com visibilidade de 600m.
 - (B) vento de 120 graus e velocidade de 3 KT com visibilidade de 800m.
 - (C) vento de 03 graus e velocidade de 120 KT com visibilidade de 1.150m.
 - (D) vento de 09 graus e velocidade de 80 KT com visibilidade de 2.000m.
 - (E) vento de 120 graus e velocidade de 03 KT com visibilidade de 1.025m.
- 29 São mensagens que reportam informações de estações continentais e de prognóstico de aeródromo, respectivamente,
- (A) SHIP e SPECI.
 - (B) SYNOP e METAR.
 - (C) SYNOP e TAF.
 - (D) SHIP e TAF.
 - (E) SHIP e METAR.



- 30 Uma estação meteorológica automática possui os seguintes subsistemas:
- (A) Energia, armazenamento e comunicação.
 - (B) Energia, controle e comunicação.
 - (C) Coleta de dados e comunicação.
 - (D) Coleta de dados, controle e armazenamento, energia e comunicação.
 - (E) Controle e armazenamento, coleta de dados e comunicação.
- 31 Dados meteorológicos obtidos através da observação de nuvens, do registro da umidade do ar e da estimativa da evapotranspiração pelo método de Penman são dados classificados, respectivamente, como
- (A) sensorial, derivado e instrumental.
 - (B) sensorial, instrumental e derivado.
 - (C) sensorial, instrumental e instrumental.
 - (D) derivado, instrumental e instrumental.
 - (E) derivado, derivado e sensorial.
- 32 São horários de observações sinóticas
- (A) 0300, 0900, 1200, 1500, e 2100 UTC.
 - (B) 0000, 0600, 1200, e 1800 UTC.
 - (C) 0000, 0300, 0600, 0900, 1200, 1500, 1800 e 2100 UTC.
 - (D) 0600, 1200, 1800 e 0000 UTC.
 - (E) 0000, 0300, 0600, 0900, 1500, 1800 e 2100 UTC.
- 33 A lei da radiação que estabelece que o comprimento de onda de máxima emissão (λ_{max}) de um corpo é inversamente proporcional a sua temperatura (T, em K) é a de
- (A) Stefan-Boltzmann.
 - (B) Planck.
 - (C) Lambert.
 - (D) Beer.
 - (E) Wien.
- 34 A lei da radiação que estabelece que a irradiância de um corpo é proporcional à quarta potência da sua temperatura absoluta é a de
- (A) Stefan-Boltzmann.
 - (B) Planck.
 - (C) Lambert.
 - (D) Beer.
 - (E) Wien.
- 35 A Organização Meteorológica Mundial recomenda que as radiossondagens sejam realizadas nos horários de
- (A) 0600, 1200 e 1800 UTC com horários prioritários de 0600 e 1800 UTC.
 - (B) 0000, 0600, 1200 e 1800 UTC com horários prioritários de 0000 e 1200 UTC.
 - (C) 0000, 1200 e 1800 UTC com horários prioritários de 0000 e 1800 UTC.
 - (D) 0000, 0600 e 1800 UTC com horários prioritários de 0000 e 0600 UTC.
 - (E) 0000, 0600, 1200 e 2100 UTC com horários prioritários de 0000 e 2100 UTC.
- 36 Analise a alternativa que apresenta os dados adquiridos por uma radiossondagem e os respectivos códigos meteorológicos utilizados para a divulgação das informações.
- (A) Dados de PTU e Wind divulgados através dos códigos TEMP e PILOT.
 - (B) Dados de PTU divulgados através dos códigos TEMP e PILOT.
 - (C) Dados de PTU e Wind divulgados através dos códigos PILOT.
 - (D) Dados de Wind divulgados através dos códigos PILOT.
 - (E) Dados de PTU e Wind divulgados através dos códigos TEMP.

- 37 O produto de um radar meteorológico denominado CAPPI (Constant Plan Position Indicator) fornece as seguintes informações
- (A) A projeção num plano horizontal dos dados equivalentes, taxa de aproximação, indicação do perfil de PTU, obtido através de uma varredura em azimute em coordenadas polares, para um ângulo de elevação determinado.
 - (B) O perfil vertical do vento através dos dados de refletividade, velocidade radial média ou largura espectral, obtidos através de uma varredura cartesiana.
 - (C) A projeção em um plano horizontal constante pré-definido dos dados de refletividade, taxa de precipitação, velocidade radial média ou largura espectral, obtidos através de uma varredura volumétrica.
 - (D) Dados de refletividade e taxa de precipitação proveniente das menores altitudes de ocorrência do fenômeno.
 - (E) Esse produto demonstra, por intermédio de um gráfico, as direções e velocidades do vento em várias alturas.
- 38 O princípio de funcionamento dos instrumentos que medem o saldo de radiação solar é baseado em
- (A) placas retangulares de resina sintética, dotadas de termopares, tendo uma das faces enegrecida e outra polida, de modo que as faces negras ficam dispostas horizontalmente, uma voltada para cima e outra para baixo, absorvendo os fluxos ascendente e descendente de energia radiante de todos os comprimentos de onda.
 - (B) placas retangulares de plástico, dotadas de termopares, sendo as faces enegrecidas, de modo que elas ficam dispostas em qualquer posição, absorvendo os fluxos ascendente e descendente de energia radiante de todos os comprimentos de onda longa.
 - (C) placas retangulares de resina sintética, dotadas de termopares, sendo as faces polidas, de modo que elas ficam dispostas em qualquer posição, absorvendo os fluxos ascendente e descendente de energia radiante de todos os comprimentos de onda curta.
 - (D) placas retangulares de resina sintética, dotadas de termopares, sendo as faces polidas, de modo que elas ficam dispostas em qualquer posição, absorvendo os fluxos ascendente e descendente de energia radiante nos comprimentos de onda visível.
 - (E) placas retangulares de resina sintética, dotadas de termopares, tendo uma das faces enegrecida e outra polida, de modo que as faces negras ficam dispostas horizontalmente, uma voltada para cima e outra para baixo, absorvendo os fluxos ascendente e descendente de energia radiante de todos os comprimentos de onda curta.
- 39 Observe a situação meteorológica abaixo.



Na situação acima, percebe-se

- (A) plotagem do vento no Hemisfério Norte, com velocidade de 25kt e direção de aproximadamente 240 graus. Temperatura do ar de 22°C, temperatura do ponto de orvalho de 19°C, pressão atmosférica ao nível do mar de 1009,3 mb com tendência de elevação de 1,5 mb nas últimas 3 horas.
- (B) plotagem do vento no Hemisfério Sul, com velocidade de 12,5kt e direção de aproximadamente 240 graus. Temperatura do ar de 22°C, temperatura do ponto de orvalho de 19°C, pressão atmosférica ao nível do mar de 1009,3 mb com tendência de elevação de 1,5mb nas últimas 3 horas.
- (C) plotagem do vento no Hemisfério Norte, com velocidade de 25kt e direção de aproximadamente 45 graus. Temperatura do ar de 22°C, temperatura do ponto de orvalho de 19°C, pressão atmosférica ao nível do mar de 1009,3 mb com tendência de elevação da temperatura de 1,5°C nas últimas 3 horas.
- (D) plotagem do vento no Hemisfério Sul, com velocidade de 25kt e direção de aproximadamente 240 graus. Temperatura do ar de 19°C, temperatura do ponto de orvalho de 22°C, pressão atmosférica ao nível do mar de 1009,3 mb com tendência de elevação de 1,5 mb nas últimas 3 horas.
- (E) plotagem do vento no Hemisfério Norte, com velocidade de 12,5kt e direção de aproximadamente 240 graus. Temperatura do ar de 22°C, temperatura do ponto de orvalho de 19°C, pressão atmosférica ao nível do mar de 1009,3 mb com tendência de elevação de 1,5 mb nas últimas 3 horas.



- 40 A zona de Convergência Intertropical (ZCIT) é um importante sistema gerador de precipitação na região equatorial dos oceanos Atlântico, Pacífico e Índico, bem como sobre áreas continentais adjacentes. Quanto ao assunto, é correto afirmar:
- (A) A ZCIT migra sazonalmente sobre o oceano Atlântico, começando, normalmente, seu movimento para norte de janeiro a fevereiro.
 - (B) A ZCIT tem papel importante na precipitação do sul da região Nordeste do Brasil, destacando-se as chuvas intensas do sul da Bahia em maio.
 - (C) A ZCIT pode ser definida utilizando como critérios: região de divergência dos ventos alísios, região de máxima convergência de umidade em baixos níveis, região de maior temperatura da superfície do mar e região de maiores valores de radiação de onda longa.
 - (D) Quando a ZCIT se posiciona ao norte de sua posição climatológica, o norte da região Nordeste do Brasil tende a ter períodos de estiagem.
 - (E) Estudos mostram que não há influência da intensidade da ZCIT com a intensidade de precipitação da Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS).
- 41 Os instrumentos meteorológicos constituem importante ferramenta de aquisição de dados, que são usados nos processos de análise e previsão de tempo e clima. Sobre esses instrumentos, é correto afirmar:
- (A) O termômetro de temperatura mínima mais comum é um termômetro de mercúrio em vidro com um estrangulamento no tubo abaixo da graduação mínima.
 - (B) O tipo mais comum de termômetro de máxima é o termômetro de álcool. No interior do líquido, existe um indicador de vidro escuro, muito leve e em forma de haltere.
 - (C) As leituras de barômetros de mercúrio devem ser corrigidas com relação à temperatura e à gravidade.
 - (D) Para a determinação da temperatura do solo, são utilizados termômetros de profundidade, os quais devem ser cuidadosamente retirados do solo para a leitura até centésimo de grau ou conforme regulagem de registro e instalação.
 - (E) O psicrômetro fornece diretamente o valor da temperatura de ponto de orvalho.
- 42 A Camada Limite Atmosférica (CLA) é subdividida em
- (A) subcamada de subsidência, camada limite superficial (CLS), camada de mistura (CM) e camada de transição ou zona térmica de neutralidade.
 - (B) subcamada inercial, camada limite superficial (CLS), camada de mistura (CM) e camada de transição ou zona de entranhamento.
 - (C) subcamada advectiva de rugosidade, camada limite superficial (CLS), camada de mistura (CM) e camada extra convectiva.
 - (D) subcamada inercial, camada limite superficial (CLS), camada de mistura (CM) e camada adjacente ou zona de viscosidade externa.
 - (E) subcamada convectiva, camada limite superficial (CLS), camada de mistura (CM) e camada de transição ou zona de viscosidade interna.
- 43 Sobre a Camada Limite Superficial (CLS), é correto afirmar que nela as forças
- (A) viscosas predominam sobre as inerciais, com espessura da ordem de dezenas de metros, onde ocorrem gradientes verticais intensos das variáveis atmosféricas médias: temperatura, vapor de água (umidade específica do ar, razão de mistura), momento (velocidade do vento).
 - (B) viscosas predominam sobre as inerciais, com espessura da ordem de centenas de metros, onde ocorrem gradientes verticais intensos das variáveis atmosféricas médias: temperatura, vapor de água (umidade específica do ar, razão de mistura), momento (velocidade do vento).
 - (C) inerciais predominam sobre as viscosas, com espessura da ordem de dezenas de metros, onde ocorrem gradientes verticais intensos das variáveis atmosféricas médias: temperatura, vapor de água (umidade específica do ar, razão de mistura), momento (velocidade do vento).
 - (D) viscosas são nulas, com espessura da ordem de dezenas de centenas, onde ocorrem gradientes verticais fracos das variáveis atmosféricas médias: temperatura, vapor de água (umidade específica do ar, razão de mistura), momento (velocidade do vento).
 - (E) inerciais são nulas, com espessura da ordem de dezenas de centenas, onde ocorrem gradientes verticais fracos das variáveis atmosféricas médias: temperatura, vapor de água (umidade específica do ar, razão de mistura), momento (velocidade do vento).



- 44 Sobre a camada de mistura (CM), é correto afirmar que nela ocorre
- (A) grande mistura devido à difusão turbulenta, que durante o período convectivo da CLA estende-se desde o topo da CLS até o topo da CLA (zona de entranhamento ou de transição), na qual os gradientes verticais médios das variáveis atmosféricas apresentam-se pequenos.
 - (B) grande mistura devido à difusão molecular, que durante o período advectivo da CLA estende-se desde o topo da CLS até o topo da CLA (zona de entranhamento ou de transição), na qual os gradientes verticais médios das variáveis atmosféricas apresentam-se maiores.
 - (C) grande mistura devido à difusão molecular, que durante o período subsidente da CLA estende-se desde o topo da CLS até o topo da CLA (zona de entranhamento ou de transição), na qual os gradientes verticais médios das variáveis atmosféricas apresentam-se nulos.
 - (D) pequena mistura devido à difusão turbulenta, que durante o período subsidente da CLA estende-se desde o topo da CLS até o topo da CLA (zona de entranhamento ou de transição), na qual os gradientes verticais médios das variáveis atmosféricas apresentam-se pequenos.
 - (E) pequena mistura devido à difusão turbulenta, que durante o período subsidente da CLA estende-se desde o topo da CLS até o topo da CLA (zona de entranhamento ou de transição), na qual os gradientes verticais médios das variáveis atmosféricas apresentam-se nulos.
- 45 Estações automáticas apresentam as seguintes vantagens em relação às convencionais:
- (A) Possuem frequência variável de aquisição de dados (dados em várias frequências); dados digitais; ausência de observador em horários determinados pela OMM; armazenamento e transmissão de dados remotamente.
 - (B) Possuem frequência variável de aquisição de dados (dados em várias frequências), dados analógicos, ausência de observador em horários determinados, armazenamento e transmissão de dados.
 - (C) Possuem frequência fixa de aquisição de dados (dados em várias frequências); dados digitais ou analógicos; ausência de observador em horários determinados pela OMM, armazenamento e transmissão de dados manualmente.
 - (D) Possuem frequência limitada de aquisição de dados (dados em várias frequências); dados digitais ou analógicos; necessidade de observador em horários determinados pela OMM, armazenamento e transmissão de dados remotamente.
 - (E) Possuem frequência independente de aquisição de dados (dados em várias frequências); dados digitais; ausência de observador em horários determinados pela OMM, armazenamento e transmissão de dados manualmente.
- 46 Assinale o significado correto do termo CAVOK e os fins meteorológicos aos quais é destinado.
- (A) Significa trovoadas, com visibilidade menor de 1.000 m, e é utilizado para fins de navegação marítima.
 - (B) Significa instabilidade ao longo do percurso, e é utilizado para fins de navegação aérea e marítima.
 - (C) Significa visibilidade de 10.000 m ou mais; nenhuma nebulosidade abaixo de 1.500m e sem cumulonimbus; nenhum fenômeno de tempo significativo, e é utilizado para fins de navegação aérea.
 - (D) Significa visibilidade maior de 10.000 m ou mais; nenhuma nebulosidade abaixo de 1.500m (5.000 pés) e sem cumulonimbus; nenhum fenômeno de tempo significativo, e é utilizado para fins de navegação aérea e marítima.
 - (E) Significa ausência de informações de visibilidade devido trovoadas e aviso de aeródromo fechado para pousos e decolagens, e é utilizado para fins de navegação aérea.
- 47 O código meteorológico SBGL 121100Z 20015KT 5000 BKN030 +RA 22/15 Q1025, é um código do tipo
- (A) METAR e indica vento de 200 graus com 15 KT, chuva forte, temperatura do ar de 22°C, temperatura do ponto de orvalho de 15°C.
 - (B) METAR e indica vento de 20 graus com 15 KT, chuva forte, temperatura do ar de 22°C, temperatura mínima de 15°C.
 - (C) SHIP e indica vento de 200 graus com 15 KT, chuva fraca, temperatura do ar de 22°C, temperatura do ponto de orvalho de 15°C.
 - (D) METAR e indica vento de 200 graus com 15 KT, chuva fraca, temperatura máxima de 22°C, temperatura mínima de 15°C.
 - (E) SYNOP e indica vento de 200 graus com 15 KT, chuva fraca, temperatura máxima de 22°C, temperatura mínima de 15°C.



- 48 O Brasil é um dos 10 países que mais contribuem com o aquecimento global. Sobre essa posição do Brasil no ranking dos países poluidores, é correto afirmar que
- (A) os principais problemas estão concentrados nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, devido às altas emissões de gases de efeito estufa das empresas e indústrias de transformação, responsáveis por 75% das emissões brasileiras.
 - (B) o aumento populacional e a grande quantidade de veículos são considerados os principais problemas do Brasil, segundo os especialistas, e responsáveis por 75% das emissões brasileiras.
 - (C) a geração de energia de forma não sustentável e o baixo investimento em energias alternativas e limpas constituem os principais problemas do Brasil no cenário global de mudanças climáticas.
 - (D) a divisão irregular de renda e os problemas socioeconômicos são considerados os principais problemas do Brasil no cenário global de mudanças climáticas.
 - (E) os principais problemas estão associados às derrubadas e às queimadas na floresta amazônica, responsáveis por 75% das emissões brasileiras.
- 49 O cenário mais pessimista do IPCC (AR5) sugere que as emissões de GEE
- (A) continuam a crescer em ritmo acelerado, com previsão de uma forçante radiativa adicional de $6,5 \text{ W/m}^2$. A superfície da Terra poderia aquecer entre $0,6 \text{ °C}$ e $0,8 \text{ °C}$ ao longo deste século, fazendo com que o nível dos oceanos aumente entre 45 e 82 centímetros.
 - (B) continuam a crescer em ritmo acelerado, com previsão de uma forçante radiativa adicional de $8,5 \text{ W/m}^2$. A superfície da Terra poderia aquecer entre $2,6 \text{ °C}$ e $4,8 \text{ °C}$ ao longo deste século, fazendo com que o nível dos oceanos aumente entre 45 e 82 centímetros.
 - (C) estabilizarão no meio do século, com previsão de uma forçante radiativa adicional de $10,5 \text{ W/m}^2$. A superfície da Terra poderia aquecer entre $5,6 \text{ °C}$ e $10,5 \text{ °C}$ ao longo deste século, fazendo com que o nível dos oceanos aumente entre 45 e 150 centímetros.
 - (D) continuam a crescer em ritmo acelerado, com previsão de uma forçante radiativa adicional de $6,5 \text{ W/m}^2$. A superfície da Terra poderia aquecer entre $6,5 \text{ °C}$ e $7,8 \text{ °C}$ ao longo deste século, fazendo com que o nível dos oceanos aumente entre 45 e 82 centímetros.
 - (E) diminuirão em ritmo lento, com previsão de uma forçante radiativa adicional de $12,5 \text{ W/m}^2$. A superfície da Terra poderia aquecer entre $1,6 \text{ °C}$ e $2,8 \text{ °C}$ ao longo deste século, fazendo com que o nível dos oceanos aumente entre 90 e 120 centímetros.
- 50 Sobre a convecção atmosférica, é correto afirmar que
- (A) é o principal processo de transferência de calor na atmosfera, resultado da estabilidade atmosférica numa determinada região, que tem como origem a neutralidade de temperatura em diferentes camadas da atmosfera.
 - (B) é o principal processo responsável pela subsidência de ventos, inibição de nuvens e estiagens.
 - (C) está associada às baixas pressões em superfície e indica tempo meteorológico estável.
 - (D) é o principal processo de transferência de calor na atmosfera, resultado da instabilidade atmosférica numa determinada região, que tem como origem a diferença de temperatura em diferentes camadas da atmosfera.
 - (E) é o principal processo de transferência de calor na atmosfera, resultado da advecção atmosférica numa determinada região, que tem como origem a subsidência de ventos.